

Semana de 11 a 15 de Setembro de 2017

CONGRESSO NACIONAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO | Não houve sessão nesta semana. |
| MEDIDAS PROVISÓRIAS | No destaque da pauta do Congresso, na terça-feira (12), consta a deliberação da [**MPV 789/17**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2145819) que altera a [Lei nº 7.990/89](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2145819) (Lei da Compensação Financeira pelos Recursos Minerais) e a [Lei nº 8.001/90](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8001-13-marco-1990-372557-norma-pl.html) (Lei da Compensação Financeira pelos Recursos Minerais Renováveis). **Apesar de já instalada a comissão especial, não houve reunião e nem deliberação da matéria.** |

SENADO FEDERAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO | Em Sessão Deliberativa Ordinária, marcada para terça-feira (12), às 14h, o plenário do Senado Federal tem como destaque a deliberação do [PLS 206/17](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129782) que altera as Leis [nº 9.096/95](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9096-19-setembro-1995-368874-norma-pl.html) (Lei dos Partidos Políticos) e [nº 9.504/97](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-norma-pl.html) (Lei Geral das Eleições) para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, permitir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão, e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do poder público. Foi aprovado o Requerimento nº 748/17 de tramitação conjunta dos PLS 206/17 e 108/17.  O Plenário do Senado também deve votar na terça-feira (12), em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição [(PEC 77/2015)](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121801), do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que estabelece prestação de contas simplificada para municípios de pequeno porte. A matéria foi transferida para a sessão deliberativa de terça-feira (19). |

CÂMARA DOS DEPUTADOS

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO | Na terça-feira (12/09), o plenário da Câmara dos Deputados tem como destaque a votação, em primeiro turno, da [PEC 77/03](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=117975) que põe fim à reeleição majoritária, determina simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos poderes Executivo e Legislativo. A matéria não foi apreciada em face do encerramento da sessão.  Também se destaca a deliberação da [PEC 282/16](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2118401) que veda as coligações nas eleições proporcionais, disciplina a autonomia dos partidos políticos e estabelece normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos, e estabelece normas de transição. Adiada a continuação da votação em face do encerramento da sessão.  A [MPV 783/17](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2139981) consta na discussão, em turno único na quinta-feira (14), e institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. . A matéria não foi apreciada em face do encerramento da sessão.  Também será discutido, em turno único, o [PL 8107/17](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2145333) que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no município de Novo Progresso (PA). Foi aprovado o [REQ 215/17](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2148749) que requer audiência pública para debater o PL. A matéria ainda não foi deliberada. |

|  |
| --- |
| PAUTA NAS COMISSÕES |

EDUCAÇÃO

|  |  |
| --- | --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA | Senado Federal |CE| 12 (terça) às 9h:00, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 15.  Em discurso nesta quinta-feira (14), a senadora Lucia Vania (PSB-GO) registrou o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), ocorrido esta semana na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Todos os participantes da audiência, disse a senadora, ressaltaram a importância do PNE para romper com o descaso que a educação sofre no país.  Os participantes disseram que o plano deve ser defendido, pois dá norte para a redução das desigualdades educacionais do Brasil, rumo para as políticas públicas a ser implantadas e diretriz para o planejamento orçamentário. O cumprimento das metas levará o país a alcançar um patamar mínimo de educação, necessário para superar o atraso educacional histórico entre as regiões, destacou ainda a senadora. O atual PNE entrou em vigor em 2014 e seguirá até 2024 e determina planos, estratégias e metas para o setor.  Um dos palestrantes, disse Lúcia Vânia, lembrou que o país enfrenta as consequências de uma grave crise econômica e que isso impactou a distribuição de recursos e até mesmo a continuidade na própria gestão da educação. Mas, mesmo assim, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) registrou ganhos reais durante o primeiro triênio do PNE, resultante da maior participação de estados e municípios com recursos. Na audiência, salientou-se que a União deveria assumir mais responsabilidades com a educação básica, lembrou a senadora.  — A audiência pública trouxe um alento a todos nós que estamos defendendo a implementação do plano de desenvolvimento da educação — registrou. |
| SEMINARIO DE EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA | **Câmara dos Deputados |CE| 12 (terça) às 13h:00 as 19h:00, Auditório Nereu Ramos**   |  | | --- | |  |  |  | | --- | | **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA**   PROGRAMAÇÃO ***13h - Mesa de Abertura*** Participantes: Deputado Rodrigo Maia - Presidência da Câmara dos Deputados Ministro Mendonça Filho - Ministro da Educação Deputado Caio Narcio - Presidente da Comissão de Educação Deputado Cabo Sabino - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Deputado Alex Canziani - Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação João Gomes Cravinho - Embaixador da União Europeia no Brasil  ***14h - Palestra: Educação ao Longo da Vida e a Agenda 2030: Perspectivas e Desafios.*** Coordenador: Deputado Eduardo Barbosa  Mediador: Eduardo Deschamps - Presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE Palestrante: Profª Dra. Edith Hammer (UIL - Hamburgo)  ***15h - Mesa 1: Educação ao Longo da Vida, Valores e Desafios.*** Coordenador: Deputado Alex Canziani Mediadora: Rebeca Otero (Coordenadora de Educação - UNESCO - Brasil)  Tema 1: Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos Palestrante: Profª. Dra. Filomena Pereira (União Europeia - Portugal)  Tema 2: Reconhecimento de saberes. Palestrante: Profº Dr. Genuíno Bordignon (UnB - Brasil)  Tema 3: A Política de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos Palestrante: Ms. Ivana de Siqueira - Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC  ***16h00 - DEBATE***  ***16h30 - Mesa 2 - A Educação de Jovens e Adultos com deficiência: Perspectivas de uma vida produtiva.*** Coordenador: Deputado Eduardo Barbosa Mediadora: Patrícia Neves Raposo - Diretora de Políticas de Educação Especial - DPEE/SECADI/MEC  Tema 1: A educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação ao Longo da Vida. Palestrante: Profª Drª Rosita Edler Carvalho  Tema 2: Transição para a Vida Adulta: Estratégia para estruturar a educação ao Longo da Vida das pessoas com deficiência. Palestrante: Profa. Ms. Marcia Maurilio Souza  Tema 3: Currículos funcionais: Transição para Vida Ativa e Qualidade de vida para a Pessoa com Deficiência. Palestrante: Profª Dra. Windyz Brazão Ferreira  Tema 4: Relato da vida educacional e perspectivas acadêmicas e profissionais. Palestrante: Paulo Santos Ramos  ***17h50 - DEBATE***  ***18h20 - Cerimônia de Encerramento.***  Realizado em parceria com o Ministério da Educação, Frente Parlamentar Mista da Educação e Delegação da União Europeia no Brasil. | |
| DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO | **Câmara dos Deputados |CSSF| 13 (quarta) às 9h:30, Anexo II, Plenário 07**  [**PL 3625/2015** –](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055016)  “estabelece Diretrizes para o acesso ao direito social à educação e para a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade, do trabalho voluntário e dá outras providências". **O relatório é pela aprovação. A matéria não foi deliberada.** |
| FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL | **Câmara dos Deputados |CFT| 13 (quarta) às 10h:30, Anexo II, Plenário 04**  [**PL 1228/2015 –**](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1215076) " institui o **fundo Nacional de Educação Ambiental - FNEA** e dá outras providências". O Relatório é pela **compatibilidade e adequação financeira e orçamentária,** com emenda de adequação; e, no mérito, pela aprovação. **Não deliberado face o encerramento da reunião por acordo dos Senhores líderes.** |

JUVENTUDES

|  |  |
| --- | --- |
| REVISÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) | Câmara dos Deputados | Comissão especial revisão das medidas educativas do Eca|11 (segunda) às 14h, Unidade de Atendimento Socioeducativo de Lages  [PL 7197/02 –](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=68352) Comissão especial destinada a proferir parecer ao PL 7197/02 que altera a [Lei nº 8.069/90](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html) (Estatuto da Criança e do Adolescente) para permitir a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal, e apensados. Não houve deliberação. |
| REUNIÃO PÚBLICA SOBRE A REVISÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) | **Câmara de Vereadores de Lages/SC | 11 (segunda), às 16h**  [**PL 7197/02**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=68352) – Reunião pública com o tema ‘’Revisão das medidas socioeducativas do ECA’’.  Mesa de abertura:  Deputada Federal Carmen Zanotto - PPS/SC; Prefeito do Município da sede do evento; Aidamar Seminotti Hoffer - Presidente da Câmara do Município de Lages.  Palestrantes: Representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina;  Dr. Alexandre Takashima Dr. Marcelo Wegner - Promotor de Justiça, Coordenador do CIJ de Santa Catarina; Representante da Comissão do Socioeducativo do CEDCA/SC; Coordenadora Geral Elâine Paes e Lima - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/SC; Representante da Comissão da Criança e do Adolescente do Conselho Seccional - Santa Catarina - Ordem dos Advogados do Brasil. |

|  |  |
| --- | --- |
| ALTERA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) | Câmara dos Deputados |CCJC | 12 (terça), às 14h:30, Anexo II, Plenário 01  [PLS 3212/15](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1999535) – Altera a [Lei nº 8.069/90](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html) (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil. A sessão foi suspensa, em virtude da retirada de pauta, de ofício, por acordo realizado em 22/08/2017. Portanto, a matéria não foi deliberada. |
| SEMANA NACIONAL DE  COMBATE À SEXUALIZAÇÃO  DE CRIANÇASE ADOLESCENTES | **Câmara dos Deputados |CCJC | 12 (terça), às 14h:30, Anexo II, Plenário 01**  [**PL 1454/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1230259) – Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescente a ser realizada, anualmente, de 25 de Junho a 1º de Julho. O parecer do relator, deputado Antonio Bulhões (PRB/SP), é pela aprovação. **A matéria não foi deliberada.** |
| ALTERA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) | **Senado Federal | CCJC | 13 (quarta), às 10h:00, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 03.**  [**PLS 664/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123447) – altera o Estatuto da Criança e do Adolescente [(Lei nº 8.069/90)](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html), para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. O relatório, da deputada Ana Amélia (PP/RS), foi pela aprovação com substitutivo. **O substitutivo foi aprovado e será submetido a outro turno de votação.** |

|  |  |
| --- | --- |
| MANUTENÇÃO DE EXEMPLARES DO ECA NAS ESCOLAS | Senado Federal |CDH | 13 (quarta), às 11h:00, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 02.  [PLS 325/15](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121527) – Torna obrigatória a manutenção de exemplares do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas. A deliberação foi adiada. |
| ALTERA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE (ECA) | **Senado Federal |CDH | 13 (quarta), às 11h:00, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 02.**  [**PLS 24/16**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124771) – Altera a [Lei nº 8.069](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html) (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno. **A deliberação foi adiada.** |
| ALTERA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) | **Senado Federal |CDH | 13 (quarta), às 11h:00, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 02.**  [**PLS 23/12**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/104268) – Altera a [Lei nº 8.069/90](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html) (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a [Lei nº 12.594/12](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12594-18-janeiro-2012-612303-publicacaooriginal-134972-pl.html) (que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências. **A deliberação foi adiada.** |

|  |  |
| --- | --- |
| ALTERA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) | Câmara dos Deputados|CSSF| 13 (quarta), às 09h:30, Anexo II, Plenário 07  [PL 8219/14](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=819417) – altera a Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. O parecer da deputada Carmen Zanotto (PPS/SC), pela aprovação, foi aprovado por unanimidade. |

|  |  |
| --- | --- |
| SOLICITA INFORMAÇÕES AO CONSELHO NACIONAL E À SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS | Câmara dos Deputados |CEXDROG | 13 (quarta), às 14h, Anexo II, Sala 176A Piso Superior  [REQ 16/17](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2150262) – Da deputada Eliziane Gama (PPS/MA) que requer que sejam solicitadas informações ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. O requerimento foi aprovado. |

MEIO AMBIENTE

|  |  |
| --- | --- |
| MEIO AMBIENTE | Senado Federal | CSF | 14 (quinta)  Investir em energias renováveis é fundamental para que o Brasil alcance a meta de reduzir em 43% até 2030 sua emissão de gases de efeito estufa e ajudar a manter o aquecimento global abaixo de dois graus Celsius, limite fixado no acordo do Clima de Paris, assinado em 2015. A constatação foi feita nesta quinta-feira (14) por participantes de audiência pública na Comissão Senado do Futuro (CSF).  Convocada para debater “A energia solar como vetor de desenvolvimento social”, a audiência evidenciou que o Brasil desperdiça a capacidade de produção desse tipo de energia. Atualmente, a participação da fonte solar na matriz energética representa apenas 0,02% do total produzido no país.  Segundo Everton Lucero, secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, o desafio do clima impõe a necessidade de o país repensar seu desenvolvimento:  Entre os desafios citados para ampliar a produção de energia solar, estão os custos elevados e a ausência de linhas de crédito subsidiadas para empresários e potenciais consumidores.  O presidente da Comissão Senado do Futuro, senador Hélio José (PMDB-DF), disse que o país precisa de um marco regulatório para o setor e cobrou do governo maior atenção para a questão das energias alternativas.  Para Hewerton Martins, vice-presidente da Associação Brasileira de Energia Solar, o investimento na micro e mini geração distribuída (geração de energia pelos próprios consumidores) vai reduzir a conta de luz do cidadão e os gastos do governo com transmissão e distribuição. |

|  |  |
| --- | --- |
| MEIO AMBIENTE | Câmara dos Deputados | CMADS | 12 (terça), às 14h, Anexo II, Plenário 08  Audiência Pública para debater o crime ambiental ocorrido no Parque Estadual Ricardo Franco no Mato Grosso.  A audiência, proposta pelo deputado Nilto Tatto (PT/SP), foi cancelada. |
| AMAZÔNIA | **Câmara dos Deputados | CINDRA | 12 (terça), às 15h, Anexo II, Plenário 14**  Audiência Pública para discutir os limites orçamentários aos Institutos Federais localizados na Região Amazônica, promovido pela portaria nº 28, de 2017.  A audiência, solicitada pela deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) e pelo deputado Rocha (PSDB/AC), durou quase 4 horas e foi presidida pelo deputado Valadares Filho (PSB/SE).  O deputado Remídio Monai (PR/PR) cobrou a total liberação do orçamento do Instituto Federal de Roraima (IFRR). Além disso, estacou que vão pressionar o Ministro da educação para descontingenciar esses recursos que são fundamentais para a sobrevivência dos projetos implementados pela instituição.  Vale ressaltar, ainda, que a reitora do Instituto Federal de Roraima (IFRR), Sandra Mara Botelho, expôs as dificuldades enfrentadas após publicação da portaria do Ministério do Planejamento que determinou os limites de gastos e se tornou um obstáculo à execução dos planos de capacitação dos institutos federais. |
| LICENCIAMENTO AMBIENTAL | **Câmara dos Deputados | CFT | 13 (quarta), às 9h, Sala da Presidência da CFT**  [**PL 3729/04**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257161) – Estabelece que, para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA). O relatório do relator, deputado Mauro Pereira (PMDB/RS), é pela aprovação. **O projeto não foi deliberado pois foi retirado de pauta a pedido do relator.** |
| LICENCIAMENTO AMBIENTAL | **Câmara dos Deputados | CMADS | 13 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 02**  [**PL 5106/16**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082673) – Torna obrigatória a utilização de percentuais mínimos de energia oriunda de fontes renováveis em projetos de irrigação pública. O Relatório do relator, deputado Daniel Coelho (PSDB/PEC), é pela aprovação com uma emenda. **O projeto não foi deliberado em virtude da ausência do relator.** |
| LICENCIAMENTO AMBIENTAL | **Câmara dos Deputados | CINDRA | 13 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 15**  [**PL 4131/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075715)– Concede compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas. O relatório do relator, deputado Silas Câmara (PRB/AM), é pela aprovação. **O projeto não foi deliberado.** |
| PRIVATIZAÇÕES E PPI | **Câmara dos Deputados | CTASP | 13 (quarta), às 14h, Anexo II, Plenário 1**  A Audiência contou com a presença apenas do Ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, pois o Ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco, não compareceu.  O Ministro, defendendo as concessões, destacou a necessidade de mais investimentos no país para que tenhamos uma estrutura aeroportuária mais adequada e destacou, ainda, que não há proposta de privatização da Infraero, a ideia é que continuem com as concessões para manter a sustentabilidade da Infaero.  Sobre o Programa de Parceiras de Investimentos (PPI), Quintella afirmou que seus projetos continuarão sendo definidos pelo poder concedente e só vai para a PPI aqueles que já estão em um grau de maturação avançado.  Com encaminhamento, o deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), que presidia a sessão, sugeriu a criação de uma comissão geral no Plenário da Câmara para aprofundar a discussão. |